

• 3 NOV 1983

Decisão impatriótica

Quando, ao final do ano passado, se anunciou que o Brasil se socorreria do Fundo Monetário Internacional para reorganizar suas contas externas, não foram poucos os setores da sociedade que se manifestaram contrários à iniciativa. Um novo aporte de capitais procedente desse organismo e sua intermediação para o reescalonamento da dívida externa, junto aos bancos credores, seguramente só ocorreriam pela adesão do Brasil a uma política recessionista. Sendo este o receituário do FMI, havia temor de que, ao admiti-lo, o país tivesse que impor custos sociais muito altos à sociedade, entre os quais o aumento irreprimível das taxas de desemprego.

Enquanto a discussão lavrava fundo no interior dos partidos, no Congresso Nacional, entre o empresariado e, de modo geral, no seio da sociedade, viu-se que a situação econômica interna já empurrara o país para a prática da recessão. Havia mos, então sucumbido à prescrição restritiva do FMI sem tirar qualquer vantagem disso, daí por que a decisão de buscar-lhe a ajuda acabou se transformando em uma imposição da racionalidade política.

Até mesmo algumas personalidades da Oposição, como o Governador de Minas, Tancredo Neves, conclamou o Governo, na ocasião, a estabelecer negociações com o FMI e, posteriormente, sustentaram o acerto da decisão tomada nesse sentido. Ora, o êxito dessas negociações depende de manobras internas de ajustamento da economia, como a contenção do processo inflacionário.

Alguns decretos foram baixados pelo Executivo para viabilizar esse objetivo, no contexto dos quais adotaram-se retificações na política salarial - todos recusados pelo Congresso com a

manifesta solidariedade de alguns setores do próprio PDS.

Com o Decreto-lei 2.065, recentemente emitido, o Governo fez amplas concessões ao seu partido e a algumas posições dos partidos oposicionistas, entre os quais sobreleva a manutenção do reajuste salarial de 100% do INPC para os que ganham até três salários mínimos, ou seja, para a maior faixa dos assalariados.

Como o Brasil precisa colocar fecho urgente em suas negociações com o FMI, tanto para efeito de reequilibrar suas contas externas quanto para evitar as consequências dramáticas que se seguiriam, inevitavelmente, a uma inadimplência confessada e irrecorribel, esperava-se que o PMDB, maior partido de Oposição, deixasse cair por um instante as visseiras do sectarismo e permitisse às consciências livres da agremiação referendar o 2.065.

Contudo, por meio de decisão surpreendente e posta em flagrante rota de colisão com o interesse nacional, a cúpula peemedebista fechou questão em torno da rejeição do decreto-lei obrigando assim, suas bancadas partidárias a cumprirem o ritual da repulsa parlamentar, ainda que muitos de seus membros estejam, nessa matéria, solidários com o Governo.

Há dois aspectos graves e paradoxais nessa orientação adotada pelo PMDB. Em primeiro lugar, assume ela caráter inequivocamente autoritário, uma vez que a maioria do partido abomina o instituto do fechamento de questão, considerado relíquia da legislação excepcional vigente até 1978. Depois porque, caso o 2.065 seja rejeitado pelo Congresso e, em consequência, fracassem as negociações com o FMI, caberá ao PMDB assumir perante a Nação a responsabilidade pelo caos eventualmente instalado na economia do País.